ATX SOFTWARE, L.^{DA}**Anúncio n.º 7681-CT/2007**

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 12 796/Oeiras; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 1/020906.

Certifico que foi efectuado o seguinte registo:
Nomeação dos órgãos sociais.

Conselho de administração:

Presidente: Luís Filipe Alho de Andrade, casado, Avenida de Jaime Cortesão, 34, 1.º, esquerdo, Miraflares, Oeiras.

Vogais: Paulo Jorge Aguiar Câmara Botelho Xardoné, casado, Rua de Monte Leite, 18, A 2, 2.º, direito, São João do Estoril; Carlos Manuel Alexandre Machado, divorciado, Avenida do Professor Dr. Moniz, lote 84, 4.º, direito, Massamá; Fernando Manuel Figueira Tareco, Praça de João do Rio, 5, cave, direita, Lisboa; Francisca Maria Andreia Carriço, solteira, maior, Travessa do Guarda Jóias, 22, 2.º, A, Lisboa.

Fiscal único: Gomes Marques & Carlos Alexandre, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, 137, Rua de Tascoa, Edifício CREL, Belavista, piso 2, sala P, Massamá, Queluz, representada por Vicente Pereira Gomes Marques, revisor oficial de contas, casado, na mesma morada.

Fiscal único suplente: Carlos José Castro Alexandre, casado, revisor oficial de contas, Rua de Tascoa, Edifício CREL, Belavista, piso 2, sala P, Massamá, Queluz.

Prazo: Quadriénio de 2000/2003.

Data: 6 de Dezembro de 2000.

Está conforme o original.

25 de Março de 2003. — A Segunda-Ajudante, *Maria Gabriela da Cruz de Brito Trindade*.

3000112596

AUTO-ESTIMA, COMÉRCIO AUTOMÓVEL, L.^{DA}**Anúncio n.º 7681-CU/2007**

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 1.ª Secção. Matrícula n.º 13 302/050428; identificação de pessoa colectiva n.º 507273850; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 12/050428.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelo seguinte contrato:

Artigo 1.º

A sociedade adopta a denominação de Auto-Estima, Comércio Automóvel, L.^{da}

Artigo 2.º

1 — A sociedade tem a sua sede na Rua de Joaquim António de Aguiar, 66, 4.º, freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa.

2 — A gerência da sociedade pode deslocar ou transferir a sua sede social para o mesmo concelho ou para concelho limítrofe, quando o considerar conveniente e quando o julgar necessário para os interesses sociais, podendo estabelecer sucursais, agências, delegações ou outras formas de representação social em qualquer ponto do território ou no estrangeiro.

Artigo 3.º

A sociedade tem como objecto social a comercialização e aluguer de todo o tipo de veículos automóveis e motociclos.

Tem ainda como objecto social representação, comercialização, distribuição, importação e exportação de todo o tipo de peças e acessórios auto e de reposição, nomeadamente de pneus e jantes e escapes automóveis.

Artigo 4.º

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 11.º do Código das Sociedades Comerciais, a sociedade pode adquirir participações em sociedades cujo objecto não seja igual ao estipulado no parágrafo anterior do presente artigo, mediante aprovação da assembleia geral.

Artigo 5.º

1 — O capital da sociedade, integralmente subscrito e realizado, é de 75 000 euros, representado por duas quotas, uma com o valor

nominal de 67 500 euros, pertencente a Cordass Finance Limited, e uma quota com o valor nominal de 7500 euros, pertencente a Miguel Nuno de Oliveira Horta e Costa.

Artigo 6.º

1 — A cessão de quotas, no todo ou em parte, é livremente permitida entre os sócios.

2 — A cessão a estranhos necessita do consentimento da sociedade, gozando esta de opção. Se a sociedade não pretender exercer o direito de preferência será devolvido ao outro sócio.

Artigo 7.º

A administração e representação da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, fica a cargo de um gerente, que poderá ser sócio ou não.

Artigo 8.º

A sociedade fica vinculada em quaisquer actos ou contratos, pela assinatura de um gerente ou pela assinatura de um procurador, dentro dos limites da procuração.

Artigo 9.º

1 — As assembleias gerais serão convocadas mediante envio de cartas registadas, dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de 15 dias, salvo nos casos para os quais a lei exija prazos e formalidades especiais.

2 — Qualquer dos sócios poderá fazer-se representar nas assembleias gerais por pessoa estranha à sociedade, sendo suficiente uma carta de representação dirigida ao presidente da assembleia geral.

Artigo 10.º

Aos lucros anualmente aprovados ser-lhes-á dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral, depois de retiradas as percentagens legalmente fixadas para a reserva legal.

Artigo 11.º

A sociedade dissolve-se nos casos determinados na lei e pelo acordo unânime dos sócios.

Disposições finais e transitórias**Artigo 12.º**

Fica desde já nomeado gerente o sócio Miguel Nuno de Oliveira Horta e Costa.

Artigo 13.º

O gerente fica autorizado a, antes do registo definitivo, efectuar o levantamento do capital social realizado e depositado em instituição de crédito, para efeitos de pagamento de despesas de constituição de registo de início de actividade da sociedade.

Artigo 14.º

Nos termos e para os efeitos previstos na alínea *d*) do artigo 19.º do Código das Sociedades Comerciais, fica a gerência autorizada a praticar, celebrar, alterar ou fazer cessar, antes do registo definitivo do contrato de sociedade, os seguintes actos e contratos necessários ao início de funcionamento da sociedade: contratos de arrendamento, de aluguer, de trespasse ou de cessão de exploração, de bens ou estabelecimentos da ou para a sociedade; contratos de compra, venda, promessa de compra, promessa de venda, permuta ou oneração (incluindo hipoteca e penhor) de bens imóveis e de bens móveis, incluindo veículos automóveis e outros móveis sujeitos a registo; contratos de locação financeira de bens móveis e imóveis; contratos de aquisição ou fornecimento de mercadorias; contratos de prestação de serviços, incluindo os de mandato, empreitada, transporte e depósito; contratos de consórcio e de associação em participação; contratos de agência, de distribuição e de comissão; contratos de cessão de créditos ou de posição contratual; contratos de trabalho; contratos de seguro; contratos de financiamento, comparticipação, apoio ou incentivo de actos ou actividades, com entidades públicas ou particulares; contratos de fornecimentos de água, electricidade, gás, telefone e telefax; abertura e movimentação de contas bancárias em nome da sociedade; prestação e recebimento de cauções, fianças, avales ou outro tipo de garantia.